

TCE-TO

**Auditor: Controle Externo –
Ciências Contábeis**

Tribunal de Contas do Estado
do Tocantins

Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos.

Formas textuais: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção.

Marcas gerais de textualidade.

Marcas específicas de cada gênero textual.

Níveis de linguagem e sua adequação.

Estruturação das frases em componentes: operações de substituição, deslocamento e modificação.

Estrutura e formação de palavras.

As classes de palavras e seu desempenho textual.

A relação entre vocábulos: antônimos, sinônimos, homônimos, parônimos, hiperônimos, hipônimos.

A correção na linguagem: aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos.

Ortografia.

Tipos de discurso.

Linguagem figurada.

A pontuação e os sinais gráficos.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: conceito, origens, conteúdo, estrutura e classificação.

Supremacia da Constituição.

Poder Constituinte.

Interpretação Constitucional e Aplicabilidade das Normas Constitucionais.

Princípios Constitucionais.

Direitos e Deveres Individuais, Difusos e Coletivos.

Direitos Sociais.

Controle de Constitucionalidade.

Emenda, Reforma e Revisão Constitucional.

Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade (Lei nº 9.868/1999).

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (Lei nº 9.882/1999).

Súmula vinculante (Lei nº 11.417/2006).

Organização do Estado Brasileiro: divisão espacial do poder; Estado Federal; União; Estados; Distrito Federal; Municípios; intervenção federal; intervenção do Estado nos Municípios, repartição de competências.

Poder Legislativo: Organização, Atribuições, Garantias e Processo Legislativo.

Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.

Poder Executivo: Presidente, Vice-Presidente da República e Ministros de Estado; Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado; Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais; Atribuições e Responsabilidades; Poder Regulamentar e Medidas Provisórias.

Poder Judiciário: Disposições Gerais; Organização; Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais de Justiça Estaduais; Garantias da Magistratura.

Funções essenciais à Justiça.

Ministério Público: Natureza, Atribuições, Princípios Institucionais, Garantias e Vedações de seus Membros.

Da Administração Pública: Disposições Gerais e Servidores Públicos.

Sistema Tributário Nacional.

Finanças Públicas.

Ordem Econômica e Financeira.

Princípios constitucionais da seguridade social.

Constituição do Estado do Tocantins.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios da Administração Pública.

Ato administrativo.

Poderes Administrativos.

Organização administrativa.

Administração Direta e Indireta.

Entidades do Terceiro Setor.

Serviços públicos.

Licitação.

Contratos administrativos.

Lei Federal nº 8.666/1993. Lei Federal nº 14.133/2021. Lei Federal nº 10.520/2002. Lei nº 12.462/2011. Decreto nº 7.581/2011. Lei nº 11.079/2004. Lei nº 8.987/1995.

Lei nº 9.074/1995. Lei nº 9.637/1998. Lei nº 9.790/1999.

Agentes públicos.

Processo administrativo.

Lei Federal nº 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo Federal).

Responsabilidade Civil do Estado.

Lei de acesso à informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Controle da Administração Pública.

Improbidade Administrativa (Leis nº 8.429/1992 e 14.230/2021).

Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal).

Controle dos Tribunais de Contas.

Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (Lei Estadual nº 1.284/2001 e alterações).

Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (Resolução Administrativa nº 01/2012).

Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins (Lei Estadual nº 1.818/2007).

CONTROLE EXTERNO

Sistemas de controle externo.

Controle externo no Brasil.

Regras constitucionais sobre o controle externo.

Funções de controle externo exercidas isoladamente e em conjunto entre o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União, bem como entre as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais e os Tribunais de Contas dos Estados.

Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins: natureza, competência e jurisdição.
Organização. Julgamento e fiscalização.

A importância do controle interno.

Lei nº 14.133/2021: atuação do Tribunal e novo regime de nulidades de contratos.

Influência da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GERAL E SOCIETÁRIA

Contabilidade geral e societária.

Patrimônio: componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido.

Fatos contábeis e variações patrimoniais.

Lançamentos contábeis.

Critérios de controle de estoques (PEPS, UEPS e custo médio ponderado).

Noções de Legislação Societária: Lei nº 6.404/1976, com as alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, e legislação complementar.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Normas (Pronunciamentos, orientações e interpretações) emitidas pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Apresentação das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial.

Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado Abrangente.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto e Indireto).

Demonstração do Valor Adicionado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Notas explicativas.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ativo Intangível.

Arrendamentos.

Subvenção e Assistência Governamentais.

Contratos de Seguro.

Ajuste a Valor Presente.
Estoques.
Custos de Empréstimos.
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
Evento Subsequente.
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
Ativo Imobilizado.
Propriedade para Investimento.
Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.
Tributos sobre o Lucro.
Benefícios a Empregados.
Demonstrações Consolidadas.
Mensuração do Valor Justo.
Receita de Contrato com Cliente.
Contratos de Concessão.
Relato Integrado: conceitos e estrutura.
Análise das demonstrações contábeis: análise vertical, índices de liquidez e solvência, quocientes de estrutura, rentabilidade, lucratividade, prazos e ciclos.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público.

Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público.

Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: de acordo com a Lei nº 4.320/1964; de acordo com a NBC T SP 11; e de acordo com o MCASP.

Plano de Contas aplicado ao Setor Público.

Conceito de contas patrimoniais e de resultado.

Função e estrutura das contas.

Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas.

Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000.

Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas.

Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição.

Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição.

Tópicos especiais da contabilidade aplicada ao setor público.

Procedimentos Contábeis Orçamentários previstos no MCASP (Regime orçamentário e Regime Contábil ou patrimonial).

Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021.

Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento (Lei nº 4.320/1964 e MCASP).

Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis (NBC TSP 13).

Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).

Noções de Informações de Custos no Setor Público: NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Administração Financeira e Orçamentária.

Orçamento público: conceitos e princípios orçamentários.

Evolução conceitual do orçamento público.

Orçamento-Programa: fundamentos e técnicas.

Orçamento público no Brasil: Títulos I, IV, V e VI da Lei nº 4.320/1964.

Orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA).

Leis de Créditos Adicionais.

Emendas parlamentares ao Orçamento.

Plano Plurianual (PPA): estrutura, base legal, objetivos, conteúdo, tipos de programas.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): objetivos, estrutura, base legal e conteúdo, Anexos de Metas Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais, critérios para limitação de empenho.

Classificações orçamentárias.

Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, pela natureza e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento (MTO).

Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento (MTO).

Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento.

Execução orçamentária e financeira: estágios e execução da despesa pública e da receita pública.

Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento.

Manual Técnico de Orçamento do Estado do Tocantins.

Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000: princípios, conceitos, planejamento, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias, destinação de recursos para o setor privado, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários. 9ª edição, aprovada pela Portaria conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021.

Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação e decretos regulamentadores.

AUDITORIA

Definições e Objetivos dos Procedimentos de Fiscalização.

Objeto de Fiscalização. Planejamento de Auditoria: Objetivo e Aspectos Básicos; Visão Geral;

Programa de Auditoria e Avaliação dos Controles Internos.

Técnicas e Procedimentos de Auditoria.

Evidências de Auditoria. Equipe de Auditoria.

Prerrogativas do Auditor. Requisição de Documentos.

Papéis de Trabalho.

Relatórios de Auditoria.

Instrumentos de fiscalização: auditoria, levantamento, inspeção, monitoramento e acompanhamento.

Auditoria de Regularidade e Auditoria Operacional.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!





aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br

aprova